

BRK Ambiental – Cachoeiro de Itapemirim S.A.

CNPJ 02.628.150/0001-70

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2022: Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Permanecemos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos necessários. Cachoeiro de Itapemirim, 24 de março de 2023.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro (em milhares de reais)

Table with columns: Ativo, Circulante, Não circulante, Total do ativo. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber, etc.

Passivo e patrimônio líquido

Table with columns: Passivo e patrimônio líquido, Circulante, Não circulante, Total do passivo e patrimônio líquido. Rows include Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, etc.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido – Exercícios findos 31 de dezembro de 2022 e 2021 (em milhares de reais)

Table with columns: Capital social, Reserva de capital, Reservas de lucros, Dividendos, Ajuste de avaliação patrimonial, Lucros acumulados, Total. Rows show changes from 2021 to 2022.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma) 1. Informações gerais: A BRK Ambiental – Cachoeiro de Itapemirim S.A. ("Companhia") foi constituída em 2 de julho de 1998, com o objetivo de captar, tratar e distribuir água, coletar e tratar esgotos sanitários, atuando no perímetro urbano do Município de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo, mediante concessão, obtida em 14 de julho de 1998, com duração inicial de 30 anos. A sede da Companhia está localizada na Praça Alvim Silveira, nº 1, Ilha da Luz, Cachoeiro de Itapemirim, Espírito Santo. Em 12 de junho de 2006, a Companhia assinou o sétimo termo de aditamento ao contrato de concessão, junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro, que aumentou o prazo da concessão para mais 7 anos e 6 meses, ajustando o término do referido contrato de 2028 para 2036. Em 29 de dezembro de 2011, a Companhia assinou o nono termo de aditamento ao contrato de concessão, junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro, que aumentou o prazo da concessão para mais 12 anos e 6 meses, ajustando o término do referido contrato de 2036 para 2048. Tal alteração visou promover o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. Em 17 de agosto de 2016, a Companhia assinou o décimo termo de aditamento ao contrato de concessão, junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro, que incorporou ao contrato de concessão a obrigação de executar obras na extensão de rede de água não previstas no contrato de concessão original. Em 21 de maio de 2019, a Companhia assinou o décimo primeiro termo de aditamento ao contrato de concessão, junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro, que incorporou ao contrato de concessão a obrigação de estender a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água potável, precedido da execução de rede de distribuição de água tratada à localidades de Gironda, Quilômetro Nove, Timbó, Monte Libano, Morro Grande, Zona Rural de Tijuca e Safra, não previstas no contrato de concessão original. O Poder Concedente pagou a Companhia o valor de R\$ 2.461.529,00 (dois milhões, quatrocentos e sessenta e um mil quinhentos e vinte e nove reais), durante os exercícios de 2019 e 2020, por meio de subvenção para investimentos nos termos do Processo Administrativo nº 53-32.184/2018, para fazer face a recomposição da equação econômica – financeira do contrato, decorrente de nova obrigação de inclusão de investimento relacionada à execução das obras impostas por este Aditivo. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia é parte integrante do Grupo Brookfield ("Grupo"), sendo controlada direta da BRK Ambiental Ativos Maduros S.A. ("Ativos Maduros") e controlada indireta da BRK Ambiental S.A. ("BRK Ambiental"). As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 24 de março de 2023. (a) COVID-19: Com a evolução da COVID-19 em escala global, governos e autoridades ao redor do mundo implementaram medidas para combater o vírus. No Brasil, onde a Companhia atua, estas medidas tiveram seus efeitos principalmente a partir da segunda quinzena de março de 2020. Foram realizadas avaliações sobre as estimativas contábeis considerando os reflexos trazidos pela pandemia e a Companhia, não identificaram efeitos financeiros e econômicos significativos decorrentes da COVID-19 nas demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2022. (b) Programa SOX: No exercício de 2022 houve a manutenção do Programa SOX da BRK Ambiental, do qual a Companhia faz parte integrante do escopo, com a contínua execução deste programa e sua incorporação à rotina de trabalho, não tendo sido identificadas deficiências significativas ou fraquezas materiais, em conformidade com as diretrizes da Seção 404 da Lei Norte-Americana Sarbanes-Oxley ("SOX"), que visa prevenir, detectar e tratar qualquer potencial inconformidade, com efeito material relacionada às informações financeiras das empresas que compõem a BRK Ambiental, do qual a Companhia faz parte, garantindo maior confiabilidade às suas demonstrações financeiras. (c) Programa de Compliance: A BRK Ambiental e suas controladas, incluindo a Companhia, estão comprometidas em realizar todas as suas atividades com integridade e com os mais altos padrões éticos e de transparência, tomando por base o total cumprimento de todas as legislações e regulamentações, nacionais e internacionais aplicáveis, e adotando uma postura de tolerância zero a atos de corrupção, discriminação e comportamentos antiéticos. Dessa forma, a BRK Ambiental e suas controladas, incluindo a Companhia estabeleceram em sua governança corporativa a adoção de um Programa de Compliance, com reporte direto para a Presidência da Companhia, que determina as diretrizes que devem orientar as relações internas e externas de todos os funcionários, administradores, diretores, conselheiros e acionistas. Este Programa visa consolidar todas as iniciativas para a promoção e o fortalecimento da cultura ética e da integridade e para a mitigação de riscos por meio de mecanismos de prevenção, detecção e resposta de atos ilícitos e indesejados. A BRK Ambiental e suas controladas, incluindo a Companhia é signatária do Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção, que une empresas com o objetivo de promover um mercado mais íntegro e ético e erradicar o suborno e a corrupção. A BRK Ambiental e suas controladas, incluindo a Companhia também é signatária do Pacto Global das Nações Unidas, uma iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU), que busca mobilizar a comunidade empresarial internacional em prol de uma relação mais próxima

com as áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Ainda em 2022, a BRK Ambiental e suas controladas mantiveram a certificação ISO 37.001, que trata sobre o sistema de gestão antissuborno, reforçando mais uma vez a efetividade do Programa de Compliance e das práticas antissuborno e anticorrupção adotados. (d) ESG: Impacto ambiental, social e práticas de governança: No primeiro trimestre de 2022, a BRK Ambiental e suas controladas, incluindo a Companhia submeteu seu programa de sustentabilidade ao ESG Risk Rating da Sustainalytics. O rating avalia o grau de robustez das práticas ESG da empresa. Mais de 15 mil empresas no mundo passaram por esse processo. A BRK Ambiental e suas controladas, incluindo Companhia obteve a melhor nota das Américas e a quarta melhor no mundo entre 60 empresas de saneamento, no ESG Risk Rating da Sustainalytics, organização internacional, que mede a exposição e o gerenciamento de riscos ESG das empresas. 2. Principais políticas contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente pela Companhia no exercício apresentado, salvo disposição em contrário. 2.1. Base de preparação: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e são apresentadas em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 3. 2.2. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante. 2.3. Fundos restritos: Os fundos restritos representam depósitos bancários cuja utilização é vinculada ao cumprimento de obrigações contratuais de financiamentos e retidos até o vencimento de cada contrato. Os valores são remunerados, em sua maioria, pelo Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"). 2.4. Contas a receber e perdas de créditos esperadas: As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, menos as perdas de créditos esperadas, calculadas com base na análise dos créditos e registradas no montante considerado pela administração como suficiente para cobrir perdas nas contas a receber, nota 3 (g). Os direitos a faturar de clientes são assim classificados: (a) Contratos de concessão (Ativo financeiro): São representados pelos direitos a faturar decorrentes das receitas de construção dos contratos de concessão pública com ativo financeiro, reconhecidos na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro da concedente pelos serviços de construção. (b) Contratos de concessão (Intangível): A Companhia registra as receitas ainda não faturadas, porém incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em especificações de cada venda ou prestação de serviço, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência. 2.5. Estoques: Os estoques contemplam os materiais destinados à operação e manutenção dos sistemas, e são avaliados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor de realização, sendo classificados no ativo circulante. 2.6. Ativos financeiros e não financeiros: 2.6.1. Classificação: A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, avaliados sob as categorias de mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. Atualmente a Companhia apresenta todos os seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e a valor justo por meio de resultado, nota 4.3. Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço. 2.6.2. Reconhecimento e mensuração: Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados ao valor justo por meio do resultado. As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados

Demonstrações do resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (em milhares de reais)

Table with columns: 2022, 2021. Rows include Receita líquida de serviços e vendas, Custos dos serviços prestados e vendas, Lucro bruto, Receitas (despesas) operacionais, Lucro antes das receitas e despesas financeiras, Resultado financeiro, Despesas financeiras, Resultado financeiro líquido, Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social, IR e CS correntes, IR e CS diferidos, Lucro do exercício, Lucro básico por ação atribuível aos acionistas da Companhia (expresso em R\$ por ação).

Demonstrações do resultado abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (em milhares de reais)

Table with columns: 2022, 2021. Rows include Lucro do exercício, Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado, Obrigações com benefícios pós-emprego, Efeito fiscal, Total do resultado abrangente do exercício.

pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros e os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo. 2.6.3. Impairment de ativos financeiros e não financeiros. (a) Ativos financeiros mensurados ao custo de amortizado: A Companhia avalia na data do balanço se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por redução ao valor recuperável ("impairment") são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos ("evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. (b) Ativos não financeiros: Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável ("impairment"). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs")). Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. Não foram identificadas evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de impairment tanto para ativos financeiros, quanto para os não financeiros, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. 2.7. Ativos de contrato: O Ativo de Contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo e inclui custos de empréstimos capitalizados durante o período em que o ativo se encontra em fase de construção. 2.8. Intangíveis. (a) Sistema de água e esgoto: A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário, presente nos contratos de concessão. O ativo intangível é determinado como sendo o valor da receita de construção auferida na construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia, reconhecido conforme nota 2.14 (c). O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia (Nota 3 (e)). A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. (b) Direitos de concessão: O direito de concessão refere-se à outorga registrada nas concessões no ativo intangível (Nota 9). A amortização reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. (c) Capitalização de juros e encargos financeiros: Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção de um ativo intangível qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso pretendido, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. 2.9. Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, reconhecidas ao valor justo, sendo classificadas como passivos circulantes. A Companhia não possui risco sacado. 2.10. Empréstimos, financiamentos e debêntures: São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas no estabelecimento dos empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidas como custos da transação das respectivas operações uma vez que seja provável que uma parte ou todo empréstimo seja sacado. Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidas, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos são reconhecidos como despesa no período que são incorridos. Adicionalmente, a Companhia classifica na demonstração do fluxo de caixa os juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures como atividades de financiamento. 2.11. Arrendamentos: A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. (i) Arrenda-

Demonstrações dos fluxos de caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (em milhares de reais)

Table with columns: 2022, 2021. Rows include Fluxos de caixa das atividades operacionais, Fluxos de caixa das atividades de investimento, Fluxos de caixa das atividades de financiamento, Caixa líquido proveniente das atividades operacionais, Caixa líquido proveniente das atividades de investimento, Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento, Fluxos de caixa das atividades de financiamento, Aumento líquida de caixa e equivalentes de caixa, Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício, Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício.

tário: A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. (ii) Ativos de direito de uso: A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos de 2 a 5 anos. (iii) Passivos de arrendamento: Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. 2.12. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos: O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais base negativa de contribuição social e adições ou exclusões temporárias. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25,00% de imposto de renda e de 9,00% para a contribuição social. As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os tributos correntes e diferidos. Com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários que podem sofrer alterações, os tributos diferidos ativos são reconhecidos por ser provável que o lucro futuro tributável será compensado com os saldos de prejuízos fiscais e base negativa acumulados, nota 3 (a). O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data base das demonstrações financeiras. 2.13. Distribuição de dividendos: A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. 2.14. Reconhecimento da receita: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para as entidades e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço. (a) Receita de serviços de água e esgoto: A receita de prestação de serviço de água e esgoto é reconhecida por ocasião do consumo de água e esgoto ou por ocasião do consumo de outras prestações de serviços. As receitas, incluindo a parcela não faturada, são reconhecidas ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber. (b) Receita de venda: A receita de venda compreende o excedente de energia elétrica gerado pela Pequena Central Hidrelétrica ("PCH"), e é reconhecida na medida em que o excedente de energia gerado é disponibilizado na rede de distribuição multiplicado pelo preço de mercado. (c) Receita de construção: A receita de construção foi estimada considerando os gastos incorridos pela Companhia na formação da infraestrutura de cada contrato e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da Companhia na formação do seu ativo intangível, presente no contrato de concessão pública (ICPC 01 (R1)) e OCPC 05, e nos contratos com arrendamentos financeiros (CPC 06 (R2)) já que a Companhia adota como prática a terceirização dos serviços de construção, com riscos de construção assegurados nos contratos de prestação de serviços e por seguros específicos de construção. A receita de construção é determinada e reconhecida, mediante incorporação da margem de lucro aos respectivos custos incorridos no mês de competência. A margem de lucro utilizada em 2022 e 2021 é de 2,00% para os contratos de concessões públicas (intangível e financeiro). Essa receita é reconhecida juntamente com os respectivos tributos diferidos e custos de construção na demonstração do resultado de sua competência, e está diretamente relacionada aos respectivos ativos formados (ativo intangível). (d) Receita de ativo financeiro: A receita do ativo financeiro é decorrente da atualização dos direitos a faturar

Continuação das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 da BRK AMBIENTAL – CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM S.A.

constituídos pela receita de construção do ativo financeiro, correspondentes aos contratos de concessão pública e contratos com arrendamentos financeiros e, dada a sua natureza, está sendo apresentada como receitas das operações da Companhia. Essa atualização é calculada com base na taxa de desconto específica de cada contrato, a qual foi determinada considerando os respectivos riscos e premissas dos serviços prestados. (e) Receita de juros: Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. 2.15. Provisões: As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência do passageio do tempo é reconhecido como despesa financeira. 2.16. Capital social: As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido de cada empresa da Companhia. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. 2.17. Benefícios a empregados. (a) Obrigações de aposentadoria: A Companhia disponibiliza um plano de Previdência Complementar através de entidade fechada de Previdência Complementar. Uma Entidade sem fins lucrativos, que atua sob a forma jurídica de sociedade civil, aprovada pelo Ministério da Previdência Social, (conforme Portaria nº 1.719 de 23/12/1994). O plano é estruturado na modalidade de contribuição definida, na qual o valor do benefício decorrerá sempre do saldo acumulado na conta de participante. A conta de participante é individual e constituída pelas contribuições dos integrantes, pelas contrapartidas da patrocinadora e pelo resultado dos investimentos. (b) Outros benefícios pós-emprego: A Companhia concede determinados benefícios de assistência à saúde ("plano de saúde") pós-emprego aos funcionários elegíveis. O direito a esse benefício é condicionado à permanência do integrante no emprego até um tempo mínimo de vínculo e/ou idade de aposentadoria, estar em um plano de saúde regulamentado e ter sido contribuinte na manutenção do plano de saúde. O custo do plano de saúde pós-emprego é arcado pelo funcionário através de emissão de apólice individual. A Companhia reconhece as obrigações com benefícios pós-emprego correspondente ao valor presente das obrigações atuariais de longo prazo, originado pelo subsídio que é concedido pela empresa aos inativos, ou seja, correspondente à diferença entre o custo do beneficiário e sua contribuição ao longo do tempo. As obrigações com benefícios pós-emprego são avaliadas em função dos dados cadastrais dos funcionários participantes (empregados ou aposentados), incluindo seus dependentes, dos custos dos planos de saúde e das hipóteses atuarias que projetam os benefícios futuros. A Companhia acompanha as mudanças nestes cenários periodicamente, através de avaliação realizada por atuários independentes e, as remensurações compreendendo ganhos e perdas atuarias, são reconhecidas imediatamente no balanço patrimonial em contrapartida a outros resultados abrangentes no período em que ocorram. (c) Participação nos lucros: A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação de empregados no resultado, além de uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou houver uma prática anterior que tenha gerado obrigação não formalizada. A participação nos lucros tem como base os resultados alcançados pelo Grupo e avaliação do desempenho individual do empregado, em relação à sua contribuição para a formação deste resultado, tanto na parte quantitativa quanto na qualitativa. 2.18. Pronunciamentos novos ou revisados em 2022: A Companhia aplicou certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2022 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1). As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como: • Contrato Oneroso – custos de cumprimento de contrato; • Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido; e • Referências à Estrutura conceitual. A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022. As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. A Companhia não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados à Covid-19, portanto a alteração no CPC 06 (R2) não é aplicável para a Companhia. 2.19. Normas emitidas, mas ainda não vigentes: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. CPC 50 – Contratos de seguro: Em maio de 2017, o CPC emitiu o CPC 50 – Contratos de Seguro, uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, o CPC 50 substituiu o CPC 11 – Contrato de Seguros, emitida em 2005. O CPC 50 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral do CPC 50 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos do CPC 11, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, o CPC 50 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco do CPC 50 é o modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável); • Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. O CPC 50 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também o CPC 48 e CPC 47 na mesma data ou antes da adoção inicial do CPC 50. Essa norma não se aplica a Companhia. Alterações ao CPC 26. Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis): Em janeiro de 2020, o CPC emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente, se aplicável. Alterações ao CPC 23. Definição de estimativas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis): Em fevereiro de 2021, o CPC emitiu alterações ao CPC 23, no qual introduziu a definição de "estimativa contábil". As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. As alterações não terão impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Alterações ao CPC 26 (R1). Divulgação de políticas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis): Em fevereiro de 2021, o CPC emitiu alterações ao CPC 26 (R1), no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades

a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao CPC 26 (R1) são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações fornecem guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia está atualmente avaliando os impactos destas alterações. Alterações ao CPC 32: Tributos diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis): Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao CPC 32, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o CPC 32, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento. A Companhia está atualmente avaliando os impactos destas alterações. 3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos: As estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão contempladas a seguir: (a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos: A Companhia reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. A Companhia mantém o registro permanente de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as seguintes bases: (i) prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social; (ii) receitas e despesas contábeis temporariamente não tributáveis e indedutíveis, respectivamente; e (iii) receitas e despesas fiscais que serão refletidas contabilmente em períodos posteriores. O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia. Essas estimativas estão contidas no Plano de Negócios, que é aprovado anualmente pela Administração da Companhia. Anualmente, a Companhia revisa a projeção de lucros tributáveis. Se essas projeções indicarem que os resultados tributáveis não serão suficientes para absorver os tributos diferidos, são feitas as baixas correspondentes à parcela do ativo que não será recuperada. Os prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social não expiram no âmbito tributário brasileiro. (b) Reconhecimento da receita de construção: A Companhia usa o método de custo acrescido de margem para reconhecimento das receitas provenientes de prestação de serviços de construção da infraestrutura dos contratos de concessão (ICPC01) e tal método requer o uso de certas estimativas, conforme descrito na Nota 2.14 (c). (c) Receita não faturada: A Companhia registra as receitas ainda não faturadas, porém incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. A definição dos valores das receitas ainda não faturadas requer o uso de certas estimativas, conforme descrito na Nota 2.4 (b). (d) Vida útil dos ativos intangíveis: Os ativos intangíveis da concessão de serviços público são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando estão disponíveis para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia. (e) Provisão e passivos contingentes: Os passivos contingentes e as provisões existentes na Companhia estão ligados, principalmente, a discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários. A administração da Companhia, apoiada na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma: • Perda provável: são processos com maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Companhia mantém provisão contábil que é apurada da seguinte forma: (i) processos trabalhistas – o valor provisionado corresponde ao valor de desembolso estimado pelos seus assessores jurídicos; (ii) processos tributários – o valor provisionado corresponde ao valor da causa acrescido de encargos correspondentes à variação da taxa Selic; e (iii) demais processos – o valor provisionado corresponde ao valor da causa. • Perda possível: são processos com possibilidade de perda maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e destaca em nota explicativa os de maior relevância, quando aplicável. • Perda remota: são processos para os quais o risco de perda é avaliado como pequeno. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido. A administração da Companhia acredita que as estimativas relacionadas à conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face do seguinte: (i) instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar envolvendo outra companhia, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, conseqüentemente, antecipando a finalização de processo envolvendo a Companhia, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de liquidação financeira do processo; e (ii) programas de incentivo ao pagamento dos débitos, implementado no Brasil a nível Federal e Estadual, em condições favoráveis, que podem levar a um desembolso inferior ao que se encontra provisionado ou inferior ao valor da causa. (f) Perdas de créditos esperadas: A Companhia registra as perdas de créditos esperadas em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis (Nota 6), com base na análise do saldo de contas a receber de clientes e de acordo com a política contábil estabelecida na Nota 2.4. A metodologia para determinar tais perdas exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores entre os quais a avaliação do histórico de recebimento, ações comerciais, eventuais garantias contratuais, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas e vencimento da carteira de contas a receber. 4. Gestão de risco financeiro. 4.1. Fatores de risco financeiro. Considerações gerais: A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, fundos restritos, contas a receber, contas a pagar a fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures e partes relacionadas. Os instrumentos financeiros operados pela Companhia têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é feita através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio da Companhia. Adicionalmente, a Companhia não participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos (especulativos e não especulativos) durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. (a) Risco de crédito: A Companhia possui caixa e equivalentes de caixa e fundos restritos, predominantemente em bancos cuja classificação de rating é AAA, conforme avaliação da agência Fitch. A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil dos títulos classificados como equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, contas a receber e fundos restritos na data do balanço (Notas 5, 6 e 2.3). (b) Risco de liquidez: Para administrar a liquidez do caixa, em moeda nacional, premissas de desembolsos e recebimentos futuros foram estabelecidas e são monitoradas diariamente pela área de tesouraria. 4.2. Gestão de capital: O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. Em benefício de sua gestão, a Companhia

pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações para otimizar sua estrutura de capital. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos, debêntures e passivo de arrendamento (incluindo valores circulantes e não circulantes), conforme demonstrados no balanço patrimonial, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e fundos restritos. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. O índice de alavancagem financeira, correspondente à dívida líquida dividida pelo total do capital, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, podem ser assim sumariados:

	2022	2021
Empréstimos e financiamentos (Nota 11.1)	108.931	26.094
Debêntures (Nota 11.3)	1.031	2.021
Passivo de arrendamento (Nota 11.2)	(15.818)	(1.807)
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(1.353)	(3.261)
(-) Fundos restritos (Nota 2.3)	92.791	23.047
Dívida líquida	74.398	129.332
Total do patrimônio líquido	167.189	152.379
Índice de alavancagem financeira – %	56%	15%

4.3. Instrumentos financeiros por categoria: Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados da seguinte forma:

	2022	2021
Ativos financeiros pelo custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	15.818	15.818
Fundos restritos (Nota 2.3)	1.353	1.353
Contas a receber, líquidas (Nota 6)	26.162	26.162
Depósitos judiciais	1.181	1.181
	44.514	44.514
Passivos financeiros pelo custo amortizado		
Fornecedores (Nota 10)	(3.306)	(3.306)
Empréstimos e financiamentos (Nota 11.1)	(108.931)	(118.145)
Debêntures (Nota 11.3)	(1.031)	(2.021)
Partes relacionadas (Nota 13)	(1.665)	(1.665)
Outros passivos	(4.010)	(4.010)
	(118.943)	(128.157)

4.4. Estimativa do valor justo: Caixa, equivalentes de caixa e fundos restritos são compostos, basicamente, por certificados de depósitos bancários, fundos de investimentos e operações compromissadas, remunerados mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do período, conforme definido em sua data de contratação. Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores a valor contábil, menos a provisão para perdas de clientes, estejam próximos de seus valores justos. O saldo mantido com partes relacionadas do passivo, são apurados de acordo com condições negociadas entre as partes. As condições e informações adicionais referentes a estes instrumentos financeiros estão divulgadas na Nota 13. Os financiamentos de longo prazo contratados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") possuem características próprias e não há no mercado oferta de crédito às entidades em geral que se equiparem às condições definidas nos referidos contratos e, por esta razão, são considerados pelo valor nominal atualizado até a data do balanço. As debêntures foram projetadas até a data de vencimento final de acordo com as taxas contratuais, descontadas a valor presente às taxas de mercado futuro de juros obtidas no site da B3. A Administração concluiu que para todos os instrumentos financeiros, ativos e passivos da Companhia, considerando os prazos de vencimento, sua natureza e comparando as taxas de juros contratuais com as de mercado em operações similares, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. Os empréstimos, financiamentos e debêntures estão classificados como Nível 2 na hierarquia de valor justo.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Bancos conta movimento	408	295
Aplicações financeiras (i)	15.410	1.512
	15.818	1.807

(i) O saldo de aplicações financeiras está representado, substancialmente, por Certificados de Depósitos Bancários ("CDB"), fundos de investimento e operações compromissadas predominantemente em bancos cuja classificação de rating é AAA, com liquidez imediata e remuneração relacionada à média ponderada sobre o rendimento das aplicações do período de janeiro a dezembro de 2022 de 90,50% do CDI – Certificado de Depósito Interbancário (2021 – 63,60% do CDI).

6. Contas a receber, líquidas

	2022	2021
Contas a receber de clientes		
Clientes públicos e privados (i)	25.234	24.822
Energia elétrica	3.227	3.151
Perdas de créditos esperadas	(2.299)	(3.019)
	26.162	24.954
(-) Circulante	(24.033)	(23.389)
Não circulante	2.129	1.565

(i) O saldo refere-se à prestação de serviço de saneamento básico cobrado diretamente dos usuários no Município de Cachoeiro de Itapemirim, no Estado do Espírito Santo. Todas as contas a receber e direitos a faturar da Companhia são denominadas em reais e estão apresentadas líquidas de provisão para perdas de créditos esperadas. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada a seguir:

	2022	2021
A vencer	11.963	13.175
Vencidos		
Até 30 dias	3.753	3.030
De 31 a 60 dias	1.198	1.139
De 61 a 90 dias	353	317
De 91 a 180 dias	345	586
Mais de 180 dias	1.191	
Valores a faturar	3.227	3.491
Contas a receber de clientes	22.030	21.738
Agentes arrecadadores	1.128	212
Direitos a faturar	3.004	3.004
Total	26.162	24.954

A movimentação das perdas de créditos esperadas de contas a receber da Companhia é a seguinte:

	Saldo no início do exercício	Adições	Contas a receber baixadas por recebimento	Contas a receber como incobráveis	Saldo no final do exercício
Em 31/12/2022	(3.019)	(1.047)	770	997	(2.299)
Em 31/12/2021	(2.829)	(1.075)	885		(3.019)

7. Ativos de contrato

	2022	2021
Saldo no início do exercício	15.529	4.453
(+) Adições	9.249	11.924
(-) Transferências – ativo intangível	(20.168)	(1.280)
(+) Outras movimentações		432
Saldo no final do exercício	4.610	15.529

O saldo refere-se à construção da infraestrutura para prestação de serviços de tratamento de água e esgotamento sanitário, com prazo de conclusão até dezembro de 2023.

8. Ativo de direito de uso

	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Custo de aquisição			
Saldo inicial em 1º/01/2021	518	1.115	1.633
Adições	1.489	964	2.453
Baixas	(13)	(845)	(858)
Saldo final em 31/12/2021	1.994	1.234	3.228
Amortização			
Saldo inicial em 1º/01/2021	(83)	(649)	(732)
Amortização	(386)	(321)	(707)
Baixas		125	125
Saldo final em 31/12/2021	(469)	(845)	(1.314)
Valor contábil líquido	1.525	389	1.914
Custo de aquisição			
Saldo inicial em 1º/01/2022	1.994	1.234	3.228
Adições	169	159	328

8. Ativo de direito de uso

	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Baixas	(227)	(102)	(329)
Saldo final em 31/12/2022	1.936	1.291	3.227
Amortização			
Saldo inicial em 1º/01/2022	(469)	(845)	(1.314)
Amortização	(687)	(335)	(1.022)
Baixas		22	22
Saldo final em 31/12/2022	(1.156)	(1.158)	(2.314)
Valor contábil líquido	780	133	913
Vida útil (anos)	3 a 5	2 a 5	

9. Intangível

	Sistema de água e esgoto	Direito de concessão	Total
Custo de aquisição			
Saldo inicial em 1º/01/2021	224.836	33.503	258.339
Adições	872		872
Baixas	(71)		(71)
Transferências – ativos de contrato	1.280		1.280
Saldo final em 31/12/2021	226.917	33.503	260.420
Amortização acumulada			
Saldo inicial em 1º/01/2021	(99.126)	(11.066)	(110.192)
Amortização	(6.628)	(816)	(7.444)
Outras transferências	(221)		(221)
Saldo final em 31/12/2021	(105.975)	(11.882)	(117.857)
Valor contábil líquido	120.942	21.621	142.563
Custo de aquisição			
Saldo inicial em 1º/01/2022	226.917	33.503	260.420
Adições	367		367
Baixas	(10)		(10)
Transferências – ativos de contrato	20.168		20.168
Saldo final em 31/12/2022	247.442	33.503	280.945
Amortização acumulada			
Saldo inicial em 1º/01/2022	(105.975)	(11.882)	(117.857)
Amortização	(6.504)	(816)	(7.320)
Baixas	4		4
Saldo final em 31/12/2022	(112.475)	(12.698)	(125.173)
Valor contábil líquido	134.967	20.805	155.772
Vida útil (anos)	5 a 30	30	

10. Fornecedores: A Companhia mantém contratos com diversos fornecedores e empreiteiros, os quais prestam serviços e fornecem materiais para operacionalização de prestação de serviços tratamento e distribuição de água e esgotamento sanitário.

	2022	2021
Aquisição de infraestrutura	349	922
Serviços e materiais para operação	2.889	2.353
Retenções contratuais	68	46
	3.306	3.321

11. Empréstimos, financiamentos, debêntures e passivo de arrendamento. 11.1. Empréstimos e financiamentos. (a) Composição: Modalidade 2021

Modalidade	2021
Estruturado	26.094
Total	26.094
Circulante	(8.856)
Não circulante	17.238

Em 15 de dezembro de 2022, a Companhia liquidou os financiamentos junto ao BNDES, com vencimentos em janeiro de 2025, maio e junho de 2027.

(b) Movimentação

	2022	2021
Saldo no início do exercício	26.094	39.264
(+) Adição de juros	1.996	2.865
(-) Amortização de principal	(26.192)	(12.317)
(-) Amortização de juros	(1.898)	(3.718)
Saldo no final do exercício	26.094	26.094

11.2. Passivo de arrendamento. (a) Composição Modalidade Vencimentos 2022 2021

Modalidade	Vencimentos	2022	2021
Passivo de arrendamento jun/2023 a dez/2025	1.031	2.021	
Circulante	501	770	
Não circulante	530	1.251	
Total	1.031	2.021	

As principais classes de ativos na qual a Companhia possui arrendamentos são: veículos e máquinas e equipamentos. A taxa de desconto utilizada nos arrendamentos é a taxa incremental. Essa taxa é fixa na data do contrato e permanece inalterada durante todo o prazo do arrendamento, as taxas utilizadas variam entre 18,29% e 19,56%. O saldo de passivo de arrendamento apresentado acima contém transações com a parte relacionada Ouro Verde Locação e Serviços S.A. ("Ouro Verde") no montante de R\$ 400 (2021 – R\$ 1.100).

(b) Movimentação

	2022	2021
Saldo no início do exercício	2.021	817
(+) Adição de principal	328	2.453
(-) Baixas	(309)	(595)
(-) Remensurações	(13)	
(-) Amortização de principal	(1.231)	(1.012)
(+) Amortização de AVP	235	3



Continuação das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 da BRK AMBIENTAL - CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM S.A.

de evento passado, no montante estimado da saída de recursos no futuro. A provisão é registrada como custo dos serviços prestados ou despesas operacionais de acordo com a atividade do empregado.

Table with 4 columns: Partes relacionadas, Passivo não circulante, Custos/despesas operacionais, Resultado financeiro. Rows include Mútuo (i) and Demais partes relacionadas (ii).

(i) O contrato de mútuo representa transações usuais e recorrentes, tais como coberturas de déficits operacionais de caixa, realização de investimentos e cumprimento de obrigações financeiras previstas nos contratos de financiamentos e debêntures desta controlada. (ii) Refere-se, substancialmente, ao rateio de despesas, conforme contrato entre as partes, sem encargos financeiros e vencimento indeterminado. (a) Passivo de arrendamento partes relacionadas: O saldo de passivo de arrendamento apresentado no passivo circulante e não circulante, contém transações com partes relacionadas Ouro Verde Locação e Serviços S.A. no montante de R\$ 400 (2021 - R\$ 1.100), com vencimento em mai/2024 a ago/2024. 14. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos. (a) Composição, movimentação e expectativa de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos

Table showing tax and contribution details for 2022 and 2021, including 'Composição no balanço patrimonial (não circulante)' and 'Passivo diferido'.

Expectativa de realização do ativo diferido é como segue: 2022 (8.874), 2021 (8.880). Expectativa de liquidação do passivo diferido é como segue: 2022 (1.284), 2021 (2.026), 2020 (2.194), 2019 (2.183), 2018 (2.138), 2017 (9.825), 2016 (8.874).

Caso haja fatos relevantes que venham modificar as projeções, essas serão revisadas durante os respectivos exercícios. Os referidos créditos são passíveis de compensações com lucros tributáveis futuros da Companhia, sem prazo de prescrição. A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o exercício, levando em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

Table showing 'Ativo fiscal diferido' and 'Passivo fiscal diferido' for 2020, 2021, and 2022, with columns for 'Reconhecido na demonstração do resultado' and 'Outros'.

Table showing 'Ativo fiscal diferido' and 'Passivo fiscal diferido' for 2021, 2022, and 2023, with columns for 'Reconhecido na demonstração do resultado' and 'Outros'.

Table showing 'Ativo fiscal diferido' and 'Passivo fiscal diferido' for 2021, 2022, and 2023, with columns for 'Reconhecido na demonstração do resultado' and 'Outros'.

Os ativos de tributos diferidos são reconhecidos, para os prejuízos fiscais e diferenças temporárias, na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro tributável futuro. (b) Reconciliação da alíquota nominal com a taxa efetiva: O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro da Companhia, antes do imposto de renda e contribuição social, difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto de renda e contribuição social nominal aplicável aos lucros, como segue:

Table showing reconciliation of nominal tax rate with effective rate, with columns for 2022 and 2021.

15. Provisões para contingências: As movimentações das provi-

Table showing 'Reclamações cíveis' and 'Riscos trabalhistas e previdenciários' for 2022 and 2021, with a 'Total' column.

O cálculo da provisão para contingências foi feito em consonância com o relatório das ações de natureza tributária, civil, trabalhistas e ambiental, com base na avaliação dos consultores jurídicos, internos e externos, e considera as ações nas quais a Companhia é réu e para as quais a classificação de perda é mais provável, ou seja, acima de 50% de probabilidade de ocorrência. (a) Processos com probabilidade de perda classificada como possível: A Companhia é parte envolvida em outros processos judiciais em andamento, nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. Processos de natureza cível - Referem-se aos processos administrativos e judiciais, indicados como reclamações cíveis, que envolvem, principalmente, reclamações decorrentes de relação de consumo e responsabilidade civil, questões imobiliárias e ações que discutem o cumprimento de obrigações regulatórias, contratuais e previdenciárias no montante de R\$ 2.560 (2021 - R\$ 1.453), representado por diversos processos. Processos de natureza trabalhista - Referem-se aos processos administrativos e judiciais de natureza trabalhista. Estes processos versam, principalmente, sobre verbas trabalhistas alegadamente não adimplidas reclamadas por empregados próprios e terceirizados, que se encontram em diversas instâncias judiciais, no montante de R\$ 591 (2021 - R\$ 541), representado por diversos processos. Processos de natureza tributária - Referem-se aos processos administrativos e judiciais de natureza tributária. Estes processos versam, principalmente, à cobrança de tributos, questionadas em virtude da discordância quanto à autuação ou divergência de interpretação da legislação por parte da Companhia, no montante de R\$ 287 (2021 - R\$ 287), representado por diversos processos. O Supremo Tribunal Federal ("STF") finalizou o julgamento, em 08 de fevereiro de 2023, dos recursos extraordinários RE nº 955227 (Tema 885) e RE nº 949297 (Tema 881), e consolidou o entendimento no sentido de que uma decisão definitiva (coisa julgada) obtida por determinado contribuinte sobre tributos recolhidos de forma continuada perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário posteriormente. Ainda, o STF não acolheu o pedido de modulação de efeitos da decisão, de forma que as autoridades fiscais podem cobrar os tributos que deixaram de ser recolhidos com base em tais decisões. A Companhia avaliou os efeitos reflexos desta decisão e não identificou processos judiciais impactados pela referida decisão da Suprema Corte, por não possuir decisões judiciais que resultem na supressão de seus tributos, cuja matéria tenha sido, posteriormente, julgada em sentido contrário pela Suprema Corte, em ação de controle concentrado ou sob regime de repercussão geral. Adicionalmente, a Companhia entende que a decisão não possui aplicação direta ou reflexo na Companhia para a data base de 31 de dezembro de 2022 e continua monitorando a evolução do assunto. Processos de natureza ambiental - Referem-se aos processos administrativos e judiciais que envolvem, principalmente, reclamações decorrentes de obrigações de fazer e não fazer, com previsão de multa pelo descumprimento, além da aplicação de penalidades ambientais no montante de R\$ 11 (2021 - R\$ 5), representado substancialmente por autuações administrativas relacionadas a não cumprimento de termo de compromisso. A Administração considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados para defesa. Segue abaixo composição dos processos possíveis:

Table showing 'Natureza' and 'Processos de natureza ambiental' with columns for 2022 and 2021.

Table showing '16. Passivo atuarial: Plano de assistência médica pós-emprego' with columns for 2022 and 2021.

Table showing '17. Patrimônio líquido. (a) Capital social' with columns for 2022 and 2021.

Table showing 'BRK Ativos' and 'Reserva de capital' with columns for 2022 and 2021.

(b) Reserva de capital: A Companhia mantém registrada reserva oriunda do aporte em seu capital social realizado em 25 de setembro de 2008. (c) Reserva legal: A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social, ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do montante de reserva de capital, exceda 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. (d) Reserva de lucros: A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, conforme faculta o artigo 202, parágrafo 3º da Lei 6.404/76. (e) Dividendos: Os dividendos estão sujeitos à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da referida lei, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197 da Lei das Sociedades por Ações. Em 27 de dezembro de 2022, os acionistas aprovaram em Assembleia a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 8.000, oriundos da conta de reservas lucros de períodos anteriores. Em 28 de dezembro de 2022, os acionistas aprovaram em Assembleia a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 43.554, oriundos da conta de reservas lucros de períodos anteriores. Em 28 de dezembro de 2022, os acionistas aprovaram em Assembleia a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 25.930, provenientes do resultado ajustado do exercício de 2022. Ao longo de 2022, a Companhia pagou o valor de R\$ 95.642, referente aos dividendos provisionados de exercícios anteriores. Nos termos do Estatuto Social, aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício social, um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, calculado nos termos da legislação brasileira. Em 31 de dezembro de 2022, não houve a distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios de 2022 do lucro após a constituição da reserva legal.

Table showing 'Lucro líquido do exercício' and 'Constituição de reserva de lucros' for 2022 and 2021.

(f) Lucro básico por ação: O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. Adicionalmente, a Companhia não mantém ações em tesouraria.

Lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia 28.268 23.742. Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares) 3.403 3.403. Lucro básico por ação 8,31 6,98. A Companhia não possui ações ordinárias em circulação que possam causar diluição ou dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro básico e o diluído por ação são iguais. (g) Ajuste de avaliação patrimonial: Em função do início da vigência da nova apólice do plano de saúde ter ocorrido em dezembro de 2019, os ganhos e perdas decorrentes da avaliação inicial das obrigações com benefícios pós-emprego foram reconhecidas no balanço patrimonial em contrapartida a outros resultados abrangentes, para o exercício de 2022 foi realizada a remensuração através de avaliação realizada por atuários independentes, as despesas foram registradas como despesas financeiras e despesas de serviços. 18. Resultado do exercício. (a) Receita: A reconciliação da receita bruta é a seguinte:

Table showing 'Receita' and 'Despesa por natureza' for 2022 and 2021.

(b) Despesa por natureza classificadas por natureza: Custo de construção (i) 9.297 (12.695). Pessoal: Remunerações (13.466) (11.382), Encargos sociais e trabalhistas (4.156) (3.164), Benefícios (6.197) (5.114).

Table showing 'Materiais' and 'Tributos, taxas e contribuições' for 2022 and 2021.

Classificadas por função: Custo dos serviços prestados e vendas (55.464) (59.519), Gerais e administrativas (24.704) (20.030), Outras receitas (despesas), líquidas (3.855) 2.699.

(i) O custo de construção é composto, basicamente, por serviços de terceiros, mão de obra, materiais e outros custos necessários para formação da infraestrutura do contrato. (c) Resultado financeiro: Receitas financeiras 2022 2021, Rendimentos de aplicações financeiras 613 208, Variações monetárias 18 36, Descontos condicionais obtidos 1 43, Juros e multa sobre atraso de pagamento 1.793 2.185, (-) Tributos sobre receitas financeiras (Pis e Cofins) (113) (115), Outras 2 4.

Table showing 'Despesas financeiras' and 'Seguros' for 2022 and 2021.

19. Seguros: A identificação, mitigação, gerenciamento de riscos e contratação de seguros são tratados na Companhia obedecendo a parâmetros e coberturas estabelecidas pela Administração. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui seguros contratados, substancialmente, para a cobertura de prédios e instalações, garantias dos contratos assinados referente à prestação de serviços, além de cobertura de garantia de contrato de concessão para responsabilidade civil, risco ambiental, riscos de engenharia, riscos operacionais e veículos, resumidos como segue:

Table showing 'Tipo de cobertura' and 'Garantia de contrato' for 2022 and 2021.

20. Operações que não afetaram caixa (demonstração dos fluxos de caixa): No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram realizadas operações não envolvendo caixa nas demonstrações do fluxo de caixa, do qual demonstramos as principais a seguir:

Table showing 'Total de adições dos ativos de contrato e intangível' for 2022 and 2021.

Total de adições dos ativos de contrato e intangível (Nota 7 e 9) 9.616. Itens que não afetam caixa (ver composição a seguir) 383. Total das adições no intangível conforme demonstração do fluxo de caixa 9.999.

Transações de investimento e financiamentos que afetaram o intangível, mas não envolveram caixa: Fornecedores a pagar 573, Margem de construção do exercício (190), Total 383.

21. Evento subsequente. (a) Emissão de debêntures: Em 10 de fevereiro de 2023, a Companhia concretizou a 2ª série das debêntures simples, não conversíveis em ações, emitidas em 15 de janeiro de 2023, no montante de R\$ 30.000 com vencimento em 15 de dezembro de 2029.

DIRETORIA: Marcos Roberto Mendanha Nogueira, José Roberto Penaforte Viana Filho. Contador: Adeldo da Silva de Oliveira - CRC/BA 028385/O-6.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras. Aos Administradores e Acionistas da BRK AMBIENTAL - Cachoeiro de Itapemirim S.A. Cachoeiro de Itapemirim - ES. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da BRK Ambiental - Cachoeiro de Itapemirim S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BRK Ambiental - Cachoeiro de Itapemirim S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principal assunto de auditoria: Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Infraestrutura da concessão: Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantém registrados saldos de ativos de contrato e ativos intangíveis de concessão, divulgados nas notas explicativas 7 e 9, com os montantes de R\$4.610 mil e R\$134.967 mil, respectivamente, que, em conjunto, representam a infraestrutura da concessão e são reconhecidos com base nos investimentos realizados na construção ou melhoria da infraestrutura. Os ativos de contrato referem-se aos ativos intangíveis de concessão ainda em construção que são transferidos para a rubrica ativo intangível quando entram em operação. Os ativos intangíveis de concessão são recebidos através da cobrança aos usuários dos serviços prestados via tarifa. A mensuração da infraestrutura de concessão contempla o método de custo acrescido de margem, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 - Contratos de Concessão, e é afetada por elementos subjetivos devido às naturezas diversas dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão. O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista as especificidades atreladas ao processo de capitalização de gastos com infraestrutura e à mensuração da infraestrutura de concessão, assim como a relevância dos valores envolvidos. Como nossa auditoria tratou o assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: Entendimento do processo, riscos e controles implementados, pela diretoria, relativos à capitalização de gastos com infraestrutura e mensuração dos ativos relacionados à infraestrutura da concessão; Testes de controles internos relacionados aos ativos relacionados à infraestrutura e mensuração dos ativos relacionados à infraestrutura da concessão, incluindo o cálculo do custo acrescido da margem; Testes de controles internos relacionados ao ambiente geral de controles de tecnologia de informação, incluindo os controles sobre a gestão de acesso e alterações aos sistemas e seus dados; Teste amostral dos gastos incorridos e capitalizados durante o exercício de 2022, avaliando a ocorrência, a natureza dos gastos e a correta classificação entre custo capitalizável ou despesas de manutenção; Recálculo das amortizações e da margem de construção reconhecidas no exercício de 2022 e comparação do resultado desses recálculos com os saldos registrados na contabilidade. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios determinados pela diretoria da Companhia para definição e mensuração dos gastos elegíveis a capitalização de gastos com infraestrutura da concessão, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 7 e 9, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conlujo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; A obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria; Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 24 de março de 2023.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Contador Lda. - CRC-SP-034519/O Emerson Pompeu Bassetti Contador CRC-1SP251558/O-0



WAGNER LUIS DOS SANTOS:0605602600138

Assinado de forma digital por WAGNER LUIS DOS SANTOS:0605602600138. DN: c=BR, o=ICP-Brasil, st=ES, l=Cachoeiro de Itapemirim, ou=Presencial, ou=30970016000198, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CNPJ A3, cn=WAGNER LUIS DOS SANTOS:0605602600138. Dados: 2023.04.06 10:54:21 -03'00'